

AGOSTO LILÁS RETOMA O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Em março, mês dedicado ao Dia Internacional da Mulher, o Sindipetro-RS fez uma intensa campanha destacando a importância de ações e medidas concretas de combate à violência contra a mulher. Agora, no chamado **AGOSTO LILÁS**, o tema vem novamente à tona. E as estatísticas não deixam dúvidas quanto à necessidade de manter essa questão permanentemente na agenda dos sindicatos. **(Página 3)**



VAI PARA CUBA!

Petroleiros levam solidariedade ao povo cubano - **Página 2.**



Imagem ilustrativa

APOSENTADORIA

Seminário no Senado sobre aposentadoria especial - **Página 4.**



Imagem ilustrativa

DESCASO

Bilhões aos acionistas e migalhas para os trabalhadores - **Página 2.**



Arte gerada com IA

LUCRO BILIONÁRIO E DIVIDENDOS FARTOS CONTRASTAM COM O DESCASO ÀS DEMANDAS DOS TRABALHADORES

A Petrobrás anunciou, em **6 de agosto**, um lucro líquido de **R\$ 52,4 bi** no segundo trimestre de 2026, o terceiro maior da história da companhia. Desse total, **R\$ 17,4 bilhões** serão distribuídos em dividendos. A maior parte, **R\$ 11,2 bilhões**, vai para os bolsos de acionistas privados. Além disso, **55,89%** das ações preferenciais são controladas por estrangeiros.

Enquanto isso, os trabalhadores que sustentam a operação da empresa seguem amargando o descaso da Petrobrás. A promessa de negociação de um novo Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), feita no encerramento da greve de 2025, segue sem avanço concreto. A FUP e a FNP apresentaram uma proposta unificada ainda no início de 2025, após amplo debate com a categoria, mas a empresa se recusa a apresentar uma contraproposta decente.

"A gente tem colocado isso com muita clareza em todas as mesas de negociação, portanto, a Petrobrás sabe muito bem que essa morosidade é ina-

ceitável considerando o que foi acordado na última negociação coletiva", afirmou Cibele Vieira, coordenadora-geral da FUP.

A situação se agrava com o descumprimento de outros compromissos assumidos pela empresa. A solução para os Planos de Equacionamento de Déficits (PEDs) da Petros, que penalizam aposentados e pensionistas com descontos extraordinários há anos, segue sem proposta concreta, apesar de ter sido firmada no acordo coletivo. A Petrobrás também não iniciou as negociações para a PLR 2027 e atrasou o calendário de avanço de nível dos empregados.

A categoria denuncia, ainda, que os trabalhadores das empresas privadas que prestam serviços à estatal continuam sendo os mais penalizados pela política de contratação baseada no menor preço, que resulta em calotes, condições precárias e escalas desumanas.



A FUP e seus sindicatos estão atentos, mobilizados e em permanente contato com a empresa. E não aceitarão que a empresa deixe de cumprir os acordos. Também exigem que ela apresente propostas concretas. "Não podemos aceitar que, enquanto os acionistas privados são contemplados com dividendos altíssimos, os trabalhadores sigam lutando por um plano de cargos e salários digno", destaca a FUP.

E lembram à categoria: a mesma unidade demonstrada na greve histórica de 2025 será decisiva para arrancar da empresa o que é de direito de quem constrói seus lucros recordes ■



PETROLEIRAS EM CUBA

As diretoras da FUP, Nalva Faleiro e Patrícia de Jesus participaram, em Havana, Cuba, da **IV**

Assembleia Continental da Alba Movimentos, realizada de **06 a 09 de agosto**. O evento reuniu mais de **400 organizações populares de 25 países** para debater soberania dos povos, integração latino-americana, **transição energética justa** e os desafios impostos pelo avanço do imperialismo e do neofascismo na região. A comitiva petroleira também entregou cerca de **800 caixas com mais de 52 tipos de medicamentos**, além de produtos de higiene, alimentos não

percebíveis e material escolar. Os doativos foram arrecadados por meio da campanha **Petroleiros pela Vida**, organizada pelo Sindipetro-RS, e por outras mobilizações da categoria. O objetivo é amenizar os impactos do bloqueio econômico imposto pelos EUA há mais de seis décadas, que restringe o acesso da população cubana a insumos básicos e medicamentos. A Alba Movimentos é uma articulação que reúne organizações camponesas, indígenas, **sindicais** e **feministas** de todo o continente, orientado a impulsionar a integração regional "desde baixo" e a emancipação social dos povos da Nossa América. **Na próxima edição do PAPO DIRETO, confira mais informações sobre o encontro.**

CFT-CRT/RS

O diretor do Sindipetro-RS, Edison Terterola, participou, no início de agosto, do treinamento realizado pela entidade, com foco em questões como a ética profissional, a governança da entidade e o papel do CRT-RS e do CFT. Segundo o dirigente, que integra a Comissão de Educação e Exercício Profissional (CEEP) do CRT/RS, a principal lição do encontro foi resposta à pergunta que todos se

fazem: por que existem os conselhos de classe? A resposta, diz ele, é simples e direta: "Porque a nossa atividade profissional impacta a segurança das pessoas. Um erro praticado por alguém não qualificado pode colocar em risco a vida de outros". Outros dirigentes também se manifestaram destacando a importância de falar sobre cultura organizacional, prevenção e enfrentamento ao assédio e o quanto ambientes de trabalho saudáveis e psicologicamente seguros são fundamentais.

DIÁLOGOS PARA A AÇÃO

No **dia 18/08, às 19h**, no auditório da Faculdade de Arquitetura da UFRGS, acontece mais uma etapa do projeto **"Diálogos para a ação"**, uma iniciativa do SindBancários/POA e da Universidade Federal. Trata-se de um espaço de debate, reflexão e construção da ação para enfrentar um cenário desafiador para os trabalhadores. Neste quarto módulo, será tratado o tema **"O Desafio da Extrema-direita no Brasil"**. Para falar sobre o assunto estão confirmados o Professor de Ciências Políticas da UFMG Juarez Guimarães; a pesquisadora do CEBRAP Camila Rocha; e o jornalista Altamiro Borges. **O evento é gratuito. Participe!**



SINDIPETRO-RS - SINDICATO DOS PETROLEIROS DO RIO GRANDE DO SUL | FILIADO À FUP, CNQ E CUT

DIRETORIA RESPONSÁVEL: Miriam, Dary, Alex, Nalva, Cadore, Stelmaki, Medeiros, Trovo, Camile, Davi, Edgar, Terterola, Fábio, Karina, Lautert, Oscar, Tiago Maria, Geisa, Lisboa, Russo.

JORNALISTAS RESPONSÁVEIS: Nara Roxo (Mtb 6.771) e Rita Cardoso (Mtb 14.278)

SEDE PORTO ALEGRE - Rua Lima e Silva, 818, Cidade Baixa, CEP 90.050-100 | Telefone (51) 3226.2799 - secretaria@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA DE CANOAS - Rua Victor Barreto, 3288, Centro, CEP 92.010-000 | Telefone (51) 3472.4622 - delegaciacanoas@sindipetro-rs.org.br

DELEGACIA LITORAL NORTE - Rua Deolindo Maggi, 52, Centro, Osório, CEP 95.520-000 | Telefone (51) 3663.2763 - delegacialitoralnorte@sindipetro-rs.org.br

➔ AGOSTO LILÁS

AGOSTO LILÁS RETOMA O DEBATE SOBRE A VIOLÊNCIA CONTRA AS MULHERES

Em março, mês marcado pelo Dia Internacional da Mulher, o Sindipetro-RS realizou uma intensa campanha de combate à violência contra as mulheres. Agora, durante o **Agosto Lilás**, o tema volta ao centro dos debates.

O QUE É O AGOSTO LILÁS

O **Agosto Lilás** é uma campanha nacional de conscientização, prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres. Neste mês, governos, movimentos sociais, **sindicatos**, escolas, empresas e organizações promovem atividades para divulgar direitos, explicar as diferentes formas de violência, ajudar a identificar situações abusivas e informar os canais de denúncia e atendimento.

A mobilização está relacionada ao **aniversário da Lei Maria da Penha, sancionada em 7 de agosto de 2006**. Mais do que uma data simbólica, é um período de informação, denúncia, mobilização social e cobrança de políticas públicas de proteção, autonomia e igualdade.

A RELAÇÃO COM A LEI MARIA DA PENHA

A **Lei nº 11.340/2006**, conhecida como **Lei Maria da Penha**, é o principal marco brasileiro de prevenção e enfrentamento à violência doméstica e familiar contra as mulheres. A legislação recebeu esse nome em homenagem a Maria da Penha Maia Fernandes, cuja luta por justiça expôs a negligência do Estado brasileiro e levou o caso à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A lei alcança relações conjugais, familiares, domésticas e afetivas, mesmo quando o relacionamento já terminou ou quando a vítima e o agressor não moram juntos. Sua aplicação independe da orientação sexual.



A violência não se resume à agressão física. A legislação também reconhece as violências psicológica, sexual, patrimonial e moral. Especialistas ainda chamam a atenção para a violência vicária, praticada quando o agressor utiliza filhos, familiares ou pessoas próximas para causar sofrimento à mulher.

Também são preocupantes práticas como perseguição presencial ou digital, invasão de contas e dispositivos, exposição de informações ou imagens sem autorização, controle por aplicativos, violência política de gênero, violência obstétrica, assédio moral e sexual no trabalho e violência institucional. Essas condutas podem ocorrer simultaneamente e não precisam deixar marcas visíveis para serem graves.

ROMPER A NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

Comportamentos abusivos ainda são apresentados como ciúme, cuidado, autoridade ou problema particular do casal. O **Agosto Lilás** alerta que controle, humilhação, ameaça, perseguição, intimidação e isolamento também são formas de violência.

Medo, vergonha, dependência econômica, ameaças e ausência de apoio podem dificultar a procura por ajuda. Por isso, o enfrentamento exige a integração entre segurança pública, Justiça, saúde, assistência social, educação, habitação, trabalho e políticas de renda.

A responsabilidade é sempre de quem pratica a violência. A mulher não pode ser culpabilizada por permanecer em uma relação, demorar a denunciar ou retornar ao convívio com o agressor. A prevenção também deve envolver homens e meninos na construção de relações baseadas em respeito e igualdade.

VIOLÊNCIA NO TRABALHO

O **Agosto Lilás** também deve abordar situações enfrentadas pelas trabalhadoras nos locais de trabalho, como assédio moral ou sexual, perseguição, chantagem, discriminação salarial, punições relacionadas à maternidade, retaliações após denúncias, controle da vida pessoal, violência política ou sindical e ataques digitais. Há situações em que o agressor trabalha no mesmo local, comprometendo a permanência da mulher no emprego.

Nesse contexto, **os sindicatos têm papel fundamental**. As entidades podem estabelecer protocolos de acolhimento sigiloso, criar canais confiáveis de denúncia, oferecer orientação jurídica e psicológica, preparar dirigentes e lutar pela inclusão de cláusulas protetivas nos acordos e convenções coletivas. Também devem promover campanhas permanentes contra o assédio, a discriminação e todas as formas de violência.

DESAFIOS DA CAMPANHA

O **Agosto Lilás** não pode ficar restrito à iluminação de prédios ou a postagens nas redes sociais. Ainda faltam delegacias especializadas, casas-abrigo e centros de referência em muitos municípios. Também persistem a demora na concessão e na fiscalização das medidas protetivas, o atendimento limitado, dificuldades de acesso aos serviços e falta de integração entre polícia, Justiça, saúde e assistência social. A ausência de políticas de renda, moradia e creche dificulta o rompimento com o agressor. Essas barreiras atingem mais mulheres negras, indígenas, pobres, mulheres com deficiência, idosas, rurais, migrantes e LGBTQIA+.

A campanha só produzirá resultados duradouros se estiver ligada a políticas permanentes, orçamento público e serviços acessíveis. Enfrentar a violência contra as mulheres é responsabilidade do Estado e de toda a sociedade. **Essa luta precisa acontecer durante o ano inteiro** ■



APOSENTADORIA ESPECIAL

APOSENTADORIA ESPECIAL SERÁ TEMA DE SEMINÁRIO

As Comissões de Trabalho e de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados realizam, no **dia 11/08**, um seminário sobre a **regulamentação da aposentadoria especial**. O debate tratará da tramitação do **Projeto de Lei Complementar (PLP) nº 42/2023** e os impactos da falta de proteção previdenciária para trabalhadores submetidos a atividades insalubres e perigosas.

A programação reunirá parlamentares, pesquisadores e representantes do **DIAP, Dieese, Fundacentro, centrais sindicais** e diferentes categorias profissionais. A **FUP** também estará representada no painel de relatos das **categorias diretamente atingidas pela ausência de regulamentação**. O evento foi proposto pelos deputados Leonardo Monteiro e Erika Kokay, relatora do projeto na Comissão de Finanças.

EXPOSIÇÃO A PRODUTOS QUÍMICOS EXIGE PROTEÇÃO - O PLP 42/2023 busca regulamentar a aposentadoria especial dos trabalhadores do Regime Geral de Previdência Social expostos de maneira efetiva a agentes químicos, físicos e biológicos prejudiciais à saúde, como é o caso do **Benzeno**. Para o movimento sindical petroleiro, a aprovação de uma regulamentação protetiva é fundamental. Trabalhadores de refinarias, plataformas, terminais, laboratórios, unidades de processamento e outras instalações da indústria de petróleo e gás podem manter contato habitual com **hidrocarbonetos e diversas substâncias químicas**.

O Benzeno está presente no petróleo e em seus derivados e é utilizado ou gerado em diferentes processos industriais. Segundo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), trata-se de uma substância altamente tóxica e cancerígena, para a qual **não há limite seguro de exposição**. O órgão também reconhece a ocorrência de exposição ocupacional nas indústrias químicas e petroquímicas.

Os sindicatos argumentam que equipamentos de proteção, monitoramento ambiental e medidas de prevenção são indispensáveis, mas não eliminam completamente os efeitos da exposição acumulada ao longo dos anos. **A aposentadoria especial, portanto, não é um privilégio, mas uma medida de proteção destinada a retirar o trabalhador do ambiente nocivo antes que a exposição prolongada provoque danos ainda maiores à sua saúde.**

Obrigar um petroleiro a permanecer por mais tempo em uma área contaminada apenas para alcançar determinada idade contraria a própria finalidade do benefício. Para as entidades, depois de cumprido o período de trabalho sob condições especiais, o trabalhador deve ter o direito de se afastar da atividade sem sofrer redução injusta em sua aposentadoria.

O QUE PREVÊ O PLP 42/2023 - O projeto foi apresentado em 2023 e sofreu alterações durante a tramitação. O substitutivo aprovado nas Comissões de Trabalho e de Previdência prevê aposentadoria diferenciada para quem comprovar exposição efetiva e permanente a agentes prejudiciais à saúde ou à integridade física. O texto também propõe elevar o valor do benefício para 100% da média dos salários de contribuição. Esse é um ponto importante porque **a Reforma da Previdência de 2019 reduziu o valor inicial de muitas aposentadorias especiais**. Para os sindicatos, a legislação deve incorporar esse entendimento e assegurar o benefício a partir da comprovação do tempo de exposição ■

ÚLTIMOS ENCAMINHAMENTOS

O PLP 42/2023 já foi aprovado pelas Comissões de Trabalho e de Previdência. Atualmente, encontra-se na Comissão de Finanças e Tributação, onde **recebeu parecer favorável da deputada Erika Kokay**, apresentado em sua versão mais recente em abril de 2026. O parecer, entretanto, ainda precisa ser votado pelo colegiado. Depois, o projeto deverá passar pela Comissão de Constituição e Justiça e pelo Plenário da Câmara antes de seguir ao Senado.

SERVIÇOS

PLANTÕES JURÍDICO E DE ASSISTENTE SOCIAL

ESCRITÓRIO COSTA ADVOGADOS (Direito Civil e Tributário) - **Dr. Lúcio Costa** e **Dra. Graciele Santiago Gonçalves** - O atendimento deve ser solicitado pelo e-mail **atendimento@costaeadvogados.adv.br**

ESCRITÓRIO DIREITO SOCIAL (Direito Trabalhista e Previdenciário) - **Dr. Abrão Blumberg** e **Caroline Anversa** - Agendamento pelo **WhatsApp (51) 99292.1642**.

ASSISTENTE SOCIAL - **Jaqueline da Costa** - O atendimento pode ser agendado pelo WhatsApp da Secretaria **(51) 9894.3814**.

NOTAS

MERCADO DE TRABALHO

O mercado de trabalho brasileiro começou 2026 com saldo positivo. É o que mostra o Índice da Condição do Trabalho (ICT-Dieese), que alcançou 0,75 no primeiro trimestre, o **melhor resultado da série recente**. O avanço foi puxado principalmente pelo **crescimento do emprego com carteira assinada**, pelo **aumento do rendimento real por hora trabalhada**, pela inflação mais baixa e pelos **reajustes salariais acima da inflação**. Esse indicador poderia ser melhor não fosse o avanço paralelo das ocupações precárias. Mesmo com o crescimento da formalização, as ocupações precárias freiam a melhora da qualidade do emprego.

MERCADO DE TRABALHO II

O estudo do Dieese revela que a qualidade do emprego ainda esbarra em dois gargalos estruturais: o crescimento das formas precárias de inserção ocupacional e a persistente concentração dos rendimentos. Enquanto a dimensão que mede a formalização do vínculo (Inserção Ocupacional) subiu de 0,54 para 0,62, impulsionada pela carteira assinada, o resultado poderia ser maior não fosse o aumento de relações de trabalho com menos direitos. Já a dimensão que avalia a distribuição da renda melhorou discretamente, o que significa que os ganhos ainda estão longe de ser equânimes. De acordo com o Dieese, a agenda do trabalho no Brasil não pode se limitar a gerar empregos. **É preciso avançar na qualidade das ocupações, combater a precarização e reduzir as desigualdades salariais** para que a recuperação econômica chegue de fato à classe trabalhadora.

RECORDE DE PRODUÇÃO

A Petrobrás registrou a maior produção de petróleo e gás de sua história no segundo trimestre de 2026. Foram, em média, **3,34 milhões** de barris de óleo equivalente por dia (boe/d), alta de **14,1%** em relação ao mesmo período do ano passado. O desempenho foi impulsionado, entre outros fatores, pelo aumento da eficiência operacional. O resultado também apontou para recordes no refino, com refinarias operando com fator de utilização de 101,2% da capacidade, permitindo ampliar a produção de combustíveis, reduzir importações e elevar as exportações de petróleo.